

# ARO - ANÁLISE DE RISCO OPERACIONAL

Imagine esta situação: você trabalha em um escritório e envia um documento para ser impresso em uma impressora compartilhada. Quando vai buscar sua impressão percebe que nada foi impresso, pois a impressora está sem papel. Prontamente, você vai repor papel e leva um tremendo choque elétrico. Você comunica o fato ao seu chefe. O chefe verifica a impressora e faz o diagnóstico de que somente a "bandeja 1" está dando choque elétrico, a "bandeja 2" está normal. O chefe repõe o papel na "bandeja 2" e imprime um aviso que será colado ao lado da impressora dizendo: "UTILIZE SOMENTE A BANDEJA 2". O chefe diz que irá pedir para reparar a impressora.

Passa-se uma semana, a impressora não foi reparada e o cartaz continua colado ao lado da impressora. Após 15 dias, a impressora ainda não foi reparada, mas o chefe troca o aviso antigo, que estava desbotado, por um novo com o mesmo teor. Um mês passou e o aviso foi novamente trocado. Assim foi durante três meses.

Você entrou em férias e ao retornar tem inúmeros e-mails para serem lidos e vários relatórios para serem impressos. Você envia documentos para impressora, o papel acaba, você vai repor, esquece do problema da impressora, abre a "bandeja 1", leva outro choque e com o susto acaba danificando de vez a impressora, que fica inoperante. Seu chefe vê que a impressora não pode mais imprimir e lhe impõe uma punição por não ter observado o aviso colado ao lado da impressora.

Isso mostra como o chefe transferiu uma ação que era de sua responsabilidade para um subordinado com um simples ato burocrático. Na história acima, troque a impressora por uma torre de destilação. Troque a "bandeja 1" que dá choque, por um instrumento que indica nível quebrado. Finalmente, troque o papel colado ao lado da impressora por um documento chamado ARO (Análise de Risco Operacional).

Uma ARO é um documento que contém várias ações com seus respectivos responsáveis para contornar uma situação de risco. É isso que temos na área operacional hoje: Técnicos de operação contornando problemas na área. Os técnicos de operação têm ciência de que uma unidade operacional não deve ser parada por alguns problemas momentâneos. Temos que ter uma ferramenta como a ARO para tratar estas situações.

O problema é que a nossa competente gerência está abusando do uso desta ferramenta. Entendemos que

quando uma ARO é gerada, a situação que provocou a ARO deve ser tratada com prioridade. O que vemos na realidade são AROs sendo renovadas mês após mês. ARO que não tem nenhuma relevância operacional serve apenas para o gerente "tirar o dele da reta". Caso aconteça algo errado, o gerente dirá "tinha ARO, fiz minha parte".

Agora fomos surpreendidos por outra novidade: A ARO eletrônica. Ficou mais fácil para os gerentes criarem novas AROs! É tudo no computador, não dá trabalho nenhum. Percebam a discrepância. Para trocar um uniforme usado por um novo, temos uma enorme burocracia. Temos que imprimir formulários, anotar códigos, preenchê-los e levar pessoalmente até o SOP. Um trabalho danado. Para solicitar um carro no SOP, temos que preencher um enorme checklist sobre o veículo, definir trajeto, tempo de uso e solicitar uma assinatura de um supervisor para que o uso do veículo seja autorizado. Uma tremenda encrenca para usar um carro.

Uma ARO deveria ser um ato muito mais burocrático, algo que incomodasse muito o gerente, algo que desse muito trabalho para gerar ou renovar. Desta forma o gerente seria o maior interessado em resolver a situação que levou a geração da ARO. Mais uma vez para deixar bem claro: O que temos atualmente é a banalização e excesso no uso da ARO.

Temos ARO para toda e qualquer situação, das mais relevantes as mais banais, AROs somente para livrar a cara de gerente. É bom que isso fique registrado para que no futuro alguém use isso como atenuante caso seja punido por uma situação em que a gerência alegue o não cumprimento de uma ARO.

#### Nota:

Lembram-se do acidente do voo TAM 3054 ocorrido no aeroporto de Congonhas, em 17 de julho 2007, em que todos os 187 passageiros e tripulantes a bordo do A320 e mais doze pessoas em solo morreram? Pois é! O avião tinha um problema no reversor de um dos motores. A tripulação dispunha de relatório comunicando o problema. A mesma tripulação já havia feito vários pousos com esta aeronave com o reversor com problema, mas sempre com pista seca.

Quando encontraram uma nova situação, pista molhada e com baixa aderência, o acidente ocorreu. Depois disso, dentre outras ações, o pouso em Congonhas com o reversor travado foi proibido. Como no exemplo acima, um relatório ou uma ARO por si só não evita um acidente. O importante é atacar a causa.

Gerentes, resolvam os problemas de manutenção de nossa unidade de imediato.



# TOCHA



Petrobrás:  
**65**  
anos  
fundada em 3 de outubro de 1953

**65 anos de Petrobrás: um orgulho de todos os brasileiros, vítima de uma direção privatista!**

**NÃO AO DESMONTE DO SISTEMA PETROBRÁS!**

EM DEFESA DA PETROBRAS E DA CLASSE TRABALHADORA NAS ELEIÇÕES 2018 • • • • • Pág. 2  
65 ANOS DE PETROBRÁS: UM ORGULHO DE TODOS OS BRASILEIROS, VÍTIMA DE UMA DIREÇÃO PRIVATISTA • • Pág. 3  
A PETROBRÁS E OS PROGRAMAS DE GOVERNO • • • • • Pág. 2 e 3  
ARO - ANÁLISE DE RISCO OPERACIONAL • • • • • Pág. 4

# EM DEFESA DA PETROBRAS E DA CLASSE TRABALHADORA NAS ELEIÇÕES 2018

No dia 7 de outubro ocorrerá o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. A disputa ocorre num contexto de profunda crise social e política, depois de um golpe parlamentar e em meio a uma escalada reacionária promovida pela classe dominante.

A tarefa mais importante para a classe trabalhadora é se organizar e se mobilizar em torno das pautas progressivas e contra o crescimento da extrema direita. Afirmar nossa posição (nas urnas e nas lutas) e defender nossos interesses de classe contra as reformas do governo Temer e o discurso neofascista, como, por exemplo, no dia 29, nas manifestações do #EleNão em todo o país.

As candidaturas estão divididas em dois campos. Um que acena para uma mudança de rumo (em maior ou menor medida) em relação as reformas do governo Temer e outro que promete aprofundar o sentido antipovo do governo golpista. Em apertada síntese, Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) e Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (REDE) parecem ser os principais representantes na disputa. Guilherme Boulos (PSOL), Vera Lúcia (PSTU), Cabo Daciolo (PATRI), Álvaro Dias (PODE) e João Amoedo (NOVO) também estão no páreo.

Mas é importante destacar que a candidatura de Jair Bolsonaro representa um grave risco à já frágil democracia brasileira. Um movimento que tem como alicerce um ressentimento social, que conseguiu organizar uma parcela significativa da sociedade, que flerta com os saudos da ditadura militar e pratica um discurso intolerante contra as minorias, a diversidade e a pauta dos trabalhadores (retrocessos sociais), além de possuir um caráter entreguista

(privatização de empresas e recursos estratégicos para o país). Uma candidatura que, caso vença, terá um governo provavelmente apoiado em duas alavancas: aumento da violência contra a classe trabalhadora e aumento dos privilégios das classes abastadas. Ou seja: mais corrupção com menos democracia.

As pesquisas até agora indicam um contexto político de polarização entre petismo e antipetismo como provável cenário de um segundo turno. O petismo se reorganiza sob os escombros deixados pelas reformas do governo Temer e o rebaixamento geral do nível de vida da população. Existe um setor da classe trabalhadora que se frustrou com os erros dos governos do PT (com os casos de corrupção e os erros na condução da política econômica). Parte desses trabalhadores fez um giro à esquerda e busca alternativa que supere a política de conciliação dos governos petistas em prol de algo mais radical. Parte desses trabalhadores fez um giro à direita e, hoje, compõem uma parcela significativa do antipetismo, se expressando em candidaturas mais centristas (Ciro) ou de direita (Alckmin e Marina). Mas uma parcela do antipetismo também assume uma face neofascista, um sentimento de ódio e frustração que, sobretudo, são dirigidos contra a esquerda e as pautas dos oprimidos.

O que podemos dizer com certeza é que o próximo período, para além das urnas, exigirá de nós uma disposição de luta para defender nossos direitos e reorganizar a classe trabalhadora em torno de um projeto que possa verdadeiramente construir um país mais justo, mais solidário e mais humano.

# 65 ANOS DE PETROBRÁS: UM ORGULHO DE TODOS OS BRASILEIROS, VÍTIMA DE UMA DIREÇÃO PRIVATISTA

A Petrobrás completa 65 anos neste 3 de outubro como uma empresa sólida, lucrativa, mas vilipendiada pelo mercado. A lógica neoliberal pesa sob a empresa na forma de privatização direta ou indireta, falta de manutenção, redução de treinamentos, terceirização ampliada, grave redução de efetivo, corte de direitos de sua mão de obra, aplicação de modelo rebaixado de cargos e remuneração, política de preço de combustíveis contrária aos consumidores etc.

De uma empresa pensada para servir ao país, a Petrobrás passou a ser uma empresa que garante lucro ao mercado. Lucro máximo, custo mínimo. Tal lógica aplicada no sistema de produção cria situações de risco para a categoria como vimos em todos os acidentes em refinarias só este ano. A REDUC, por exemplo, quase chegou ao ponto de interdição parcial e por pouco não tivemos, recentemente, uma tragédia na REPLAN.

Tal situação pode se agravar tendo em vista os programas de campanha da maior parte dos presidenciáveis, que defendem a privatização completa ou parcial do Sistema Petrobrás para além do que já foi entregue ao mercado. Esta política entreguista afetaria ainda mais o consumo brasileiro de derivados de petróleo e gás por conta da política equivocada de preços de combustíveis imposta pela direção da Petrobrás (e do governo) a interesse do mercado internacional.

Essa política de variação diária em função dos preços do petróleo em dólar provocou um efeito em cadeia perverso. Houve aumento das importações de derivados

porque o preço elevado beneficiou os traders que passaram a atuar no mercado interno de derivados fazendo com que a Petrobrás perdesse marketing share. Isso provocou ociosidade de parte das refinarias no Brasil, o que causou prejuízos aos consumidores, à economia nacional, provocou a greve dos caminhoneiros e acabou derrubando Pedro Parente, após a entrada dos petroleiros na greve e a denúncia de sua nefasta política de preços.

E os prejuízos à Petrobrás e ao povo brasileiro por esta política neoliberal ainda incluem as mudanças na lei para retirar a obrigatoriedade da participação da Petrobrás como operadora única do Pré-Sal e na obrigatoriedade da política de conteúdo nacional, no sentido de aumentar o lucro das petrolíferas estrangeiras e diminuir a geração de empregos no país.

Detalhe: o governo diminuiu a participação da Petrobrás na exploração do petróleo que ela mesmo descobriu, minando o fundo soberano que reservaria recursos do petróleo e gás para aumentar o orçamento da educação e da saúde. Os entreguistas ainda obrigaram a Petrobrás, a partir de 2016, a compartilhar (doar o investimento em conhecimento) tecnologia de exploração em águas ultraprofundas com empresas estrangeiras.

Os recursos da exploração do Pré-Sal são a chave para o desenvolvimento da economia do país, com geração de emprego e aumento da qualidade de vida do conjunto da população. Por isso, nestes 65 anos de Petrobrás, é preciso resgatar a importância e o sentido da criação dessa empresa para toda população brasileira!

## A PETROBRÁS E OS PROGRAMAS DE GOVERNO

Como sempre, a Petrobrás e o petróleo ocupam um papel importante no debate em época de eleições presidenciais. Num contexto em que o governo Temer e a própria direção da empresa assumem um papel entreguista, ignorando o papel estratégico que a empresa tem para o país (além de colocar o pré-sal à disposição das petrolíferas estrangeiras), é importante que a categoria petroleira fique atenta ao que dizem os candidatos.

Mas também temos de refletir sobre a necessidade de

romper com essa visão preconceituosa que vem sendo alimentada pelo governo Temer de que os servidores públicos e os funcionários de empresas estatais são privilegiados. O governo orienta ataques aos planos de cargos e salários (o PCR congelou a carreira da maior parte da categoria), aos fundos de pensão (a Petrobrás prepara um plano Petros 3 CD pior que o atual plano Petros 2), além do plano de saúde de autogestão das empresas (a AMS e todos os planos de saúde de autogestão estão ameaçados

pelas resoluções 23 e 24 da CGPAR). É a visão privatista avançando sobre o cuidado com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras das empresas estatais, o dinheiro de nossas aposentadorias e nossas condições de trabalho.

Não só nas candidaturas majoritárias, mas também nas proporcionais (Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas), é preciso escolher representantes que defendam nossos interesses e possam ser a nossa voz nos espaços institucionais de

luta.

É preciso que a categoria entenda a importância de defender um projeto de uma Petrobrás 100% estatal para que o pré-sal seja explorado em benefício do conjunto da população brasileira, fortalecendo assim as lutas em defesa de nossos direitos e do papel estratégico que a empresa e o petróleo têm para o país!